

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.501.430 - RS (2019/0125708-4)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS FUNCEF**
ADVOGADOS : **DIEGO TORRES SILVEIRA - RS055184**
LEANDRO PITREZ CASADO E OUTRO(S) - RS053911
ANELISE MACEDO BORGES - RS099613
WILIAN BENIN - RS107196
AGRAVADO : **ÂNGELA MARIA TAJES FERREIRA**
AGRAVADO : **CARMEN HELENA FACHINI**
AGRAVADO : **DEIZI MARIA MANTOVANI**
AGRAVADO : **IELVA MARIA ANDREOLI BALEN**
AGRAVADO : **LÍDIA MARIA BISOL GIACOMELLI**
AGRAVADO : **MARIA BURLANI NEVES**
AGRAVADO : **MARIA JOSE DA ROSA GONCALVES**
AGRAVADO : **MARIELZA GUIMARAES RISTOW**
AGRAVADO : **ROMAR ADAO BRUM**
AGRAVADO : **SONIA MARIA LIMA MACHADO**
ADVOGADOS : **CELITO CRISTOFOLI - RS010376**
LUCAS VIEIRA CRISTOFOLI - RS074098
LESSANI GANGUILHET - RS076577

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por FUNDAÇÃO DOS ECONOMIÁRIOS FEDERAIS - FUNCEF, contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base nestes fundamentos: *i*) necessidade de reexame do acervo fático-probatório (incidência da Súmula 7/STJ; *ii*) fundamento do acórdão recorrido não impugnado (incidência da Súmula 283/STF); *iii*) ausência de demonstração do dissídio jurisprudencial.

Entretanto, a parte agravante, limitando-se a reiterar as razões apresentadas quando da interposição do recurso especial, não demonstrou a inaplicabilidade do seguinte óbice: necessidade de reexame do acervo fático-probatório (incidência da Súmula 7/STJ).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os

fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, **NÃO CONHEÇO** do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora